

Os arquivos no centro das questões de identidade, imediatismo e memória

Les archives au cœur des enjeux d'identité, d'immédiateté et de mémoire

Archives at the heart of issues of identity, immediacy, and memory

Agnès Magnien^{1,a}

agnes.magnien@culture.gouv.fr | <https://orcid.org/0000-0001-8103-8091>

¹ Instituto Nacional do Audiovisual. Paris, IDF, França.

^a Arquivista-paleógrafa pela Ecole Nationale des Chartes.

RESUMO

Os arquivos estão no centro de práticas e políticas contraditórias: por um lado, produção massiva, recolha imediata, exploração instantânea e publicação aberta; por outro lado, esquecimento, destruição ou negligência, e acesso fechado. O artigo ilustra essas contradições comparando, em primeiro lugar, três iniciativas de recolha de arquivos que permitiram e permitem recuperar o lugar do 'invisível' nas nossas sociedades, contra duas operações mais coletivas na sequência da tragédia francesa de 13 de Novembro de 2015 e dos períodos de confinamento. Depois da recolha, colocam-se questões relacionadas com as tensões geradas pela produção digital: como gerir o fluxo contínuo, a exigência de imediatismo, o recuo da presença humana? Finalmente, num contexto em que coexistem políticas públicas de memória e medidas regulamentares destinadas a proteger o segredo de defesa e o direito ao esquecimento, como podem arquivistas e historiadores trabalhar em conjunto para garantir que esta memória possa ser restituída aos cidadãos?

Palavras-chave: Coleta de arquivos; Acesso aos arquivos; Arquivos digitais; Memória; Identidade.

RESUME

Les archives sont au cœur de pratiques et politiques contradictoires : d'un côté production massive, collecte immédiate, exploitation instantanée et publication ouverte ; de l'autre oubli, destruction ou négligence, fermeture de l'accès. L'article illustre ces contradictions en mettant tout d'abord en regard trois initiatives de collectes d'archives qui ont permis et permettent de restituer la place des « invisibles » dans nos sociétés, face à deux opérations plus collectives par suite du drame français du 13 novembre 2015 et des périodes de confinement. Après la collecte viennent les questions relatives aux tensions générées par la production numérique : comment gérer le flux continu, la demande d'immédiateté, le recul de la présence humaine ? Enfin, dans un contexte où voisinent politiques publiques mémorielles et dispositifs réglementaires destinés à protéger le secret-défense et le droit à l'oubli, comment peuvent travailler archivistes et historiens pour que cette mémoire puisse être restituée aux citoyens ?

Mots-clés : Collecte des archives ; Accès aux archives ; Archives numériques ; Mémoire ; Identité.

ABSTRACT

Archives are at the heart of contradictory practices and policies: on the one hand, massive production, immediate collection, instantaneous exploitation, and open publication; on the other, forgetfulness, destruction or negligence, and closure of access. The article illustrates these contradictions by, first of all, comparing three archive collection initiatives that have allowed and allow us to restore the place of the 'invisible' in our societies in the face of two more collective operations following the French drama of November 13, 2015, and the confinement periods. After the collection come the questions relating to the tensions generated by digital production: how to manage the continuous flow, the demand for immediacy, and the declining human presence? Finally, in a context where public memorial policies and regulatory measures intended to protect defense secrecy and the right to be forgotten coexist, how can archivists and historians work to restore this memory to citizens?

Keywords: Collection of archives; Access to archives; Digital archives; Memory; Identity.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Este artigo compõe o dossiê **Arquivo, memória e saúde**.

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Agnès Magnien.
Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Agnès Magnien.
Redação do manuscrito: Agnès Magnien.
Revisão crítica do conteúdo intelectual: Agnès Magnien.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: não houve.

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 23 fev. 2023 | aceito: 18 abr. 2023 | publicado: 30 jun. 2023.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*) copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Os documentos, os arquivos e os dados estão no centro de práticas e de políticas contraditórias: produção em massa, recolha imediata, exploração instantânea e publicação aberta, por um lado; esquecimento, destruição ou negligência, encerramento do acesso, por outro.

Será que o simples facto de termos vivido nos séculos XX e XXI é suficiente para que os nossos vestígios existam e possam um dia ser explorados pelas gerações futuras? Alguns fatores parecem garanti-lo: mobilização coletiva, dever de memória, facilidades devidas à tecnologia digital. Mas será que podemos ter a certeza de que a nossa história será recolhida, preservada e acessível?

Em outras palavras, quais são os atores envolvidos, quais são os efeitos da tecnologia digital sobre os volumes e o tempo, e qual é o lugar que resta à investigação científica a par das políticas memoriais?

COLETAS FEITAS (OU NÃO) DE ACORDO COM AS EMOÇÕES DA MEMÓRIA?

Todos os arquivos, ou seja, todos os arquivos produzidos pelo Homem, permitem-nos conhecê-lo, conhecer a sua vida, o seu percurso, as suas atividades, as suas produções etc. Os arquivos das políticas sociais e de saúde permitem-nos debruçarmo-nos sobre a experiência social e de saúde do Homem, quer tenham sido produzidos por serviços públicos ou por instituições privadas, religiosas ou associativas (hospícios, dispensários, sociedades de beneficência), desde que tenham sido preservados, evidentemente. Do mesmo modo, os arquivos das funções régias (justiça e polícia) oferecem-nos um outro ponto de vista, para uma parte da população, sobre o seu ambiente de vida, o seu cotidiano ou o seu estado mental do ponto de vista da ordem pública.

Mas esta memória arquivada é orientada, seletiva, por vezes, impessoal, frequentemente dogmática, e não pode, pela sua própria natureza, dar uma visão de todas as facetas da história, das nossas histórias.

Identificamos, de fato, três iniciativas coletivas que, sem se basearem necessariamente nesta constatação, ajudaram e continuam a ajudar a lançar uma luz diferente sobre estas histórias de vida, sobre as pessoas invisíveis do nosso mundo, encorajando a produção de arquivos onde eles não existiam, por vezes organizando o arquivo.

Um exemplo é a associação ATD-Quart monde, criada pelo Padre Joseph Wresinski. Quando se instalou num campo de sem-abrigo em Noisy-le-Grand, nos arredores de Paris, em 1956, começou a tomar notas, a registar e a fotografar as pessoas que ali viviam, encorajando-as a falar, a escrever e a contar as suas [próprias] histórias. O objetivo era lutar contra a negação da miséria, encorajar as pessoas a lutar contra a pobreza, mas também devolver aos mais pobres a sua capacidade de ação, permitindo-lhes existir longe do discurso do fracasso e da humilhação veiculado pelo resto da sociedade.

A história dos mais pobres só é transmitida quando eles se destacam na vida dos não pobres: por ocasião de guerras, de pestes, de grandes catástrofes que afetam todo um país, ou quando os pobres se revelam um perigo para os ricos por meio da sua violência e das suas revoltas. Para além destes acontecimentos, não deixou qualquer vestígio, a não ser nos arquivos das organizações de assistência social, dos hospitais, dos tribunais e da polícia. No entanto, os subproletários querem preservar uma outra memória.¹

O ATD Quart-monde tem vindo a recolher gradualmente estes arquivos e conservá-los num edifício não muito longe de Paris. Existem também outros arquivos em muitos outros países onde a associação está ativa. Paralelamente, o Institut de Recherche et de Formation aux Relations Humaines (Instituto de

¹ Padre Joseph Wresinski, Comunicação no Institut de France diante da Académie des sciences morales et politiques, 13 de junho de 1983.

Investigação e de Formação para as Relações Humanas), criado pela associação, utiliza estas coleções de arquivos, melhorando assim o conhecimento sobre a pobreza extrema.

Geradores de conhecimentos e de conceitos (a exclusão social, no simpósio da Unesco em 1961; a encruzilhada dos saberes), estes arquivos serviram também para a sensibilização internacional e para a elaboração das primeiras políticas públicas, bem como para a criação do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, a 17 de outubro, instituído pela ONU em 1992.

Outro exemplo francês é a criação, em 2001, do Collectif des centres de documentation en histoire ouvrière et sociale (CODHOS), que reúne cerca de quarenta associações e instituições públicas e privadas. Uma grande parte desta memória do campo social é constituída por coleções privadas (arquivos de empresas, arquivos sindicais, arquivos pessoais de militantes, em particular, que foram durante muito tempo negligenciados pelas instituições públicas), mas continua muito dispersa. O objetivo não é criar arquivos, mas sim criar uma estrutura de intercâmbio e de partilha entre os diferentes centros e instituições que possuem arquivos e documentação sobre a história operária e social. Em outras palavras, remediar a dispersão ou o desaparecimento das fontes, valorizando as coleções por meio de colóquios e guias de fontes, alertar os atores públicos, encorajar a investigação, criar cursos de formação e, se necessário, operações de salvamento.

Nesse caso, podemos ver que é por iniciativa de organizações de patrimônio fora do setor público que a rede está sendo estabelecida e que as colaborações estão se desenvolvendo. No entanto, é preciso dizer que a dinâmica continua frágil e que a preservação das coleções recolhidas e conservadas pelos ativistas de arquivamento continua sujeita aos orçamentos e à atenção que os tomadores de decisão estão dispostos a dedicar a ela.

Um terceiro exemplo é o caso dos arquivos das associações de luta contra a AIDS.

O Act Up Paris, um dos movimentos sociais mais inovadores e fascinantes da França contemporânea, que contribuiu fortemente para abalar os poderes públicos e para criar uma dinâmica de investigação médica, doou os seus arquivos ao Arquivo Nacional em 2014, na sequência de uma iniciativa e graças à ação do ativista voluntário responsável pelo Grupo de Documentação de Arquivos criado no seio da associação (FONDS ACT UP-PARIS, 2015). Este grupo, que se esforçou por recolher os arquivos ainda ‘vivos’ e por sensibilizar os militantes, fez tudo o que estava ao seu alcance para preservar esta memória. A coleção é constituída por 400 caixas de arquivos, discos rígidos e objetos (que foram transferidos para o Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo, MUCEM, em Marselha).

Outra associação anti-AIDS, a AIDES, foi criada em 1984 com o objetivo de organizar campanhas de informação, prevenção e arrecadação de fundos, defender a imagem e a dignidade dos doentes e incentivar a pesquisa sobre a AIDS. Devido a uma mudança, a AIDES depositou seus arquivos antes dos anos 2000 nos Arquivos Nacionais da França e, desde então, tem se esforçado para organizar o gerenciamento de seus arquivos atuais, que se tornaram parte integrante de suas atividades ativistas (SORREL, 2003).

Dois associações que, por meio de suas missões e atividades, produziram arquivos que enriquecem consideravelmente a história da doença, oferecendo, naturalmente, uma perspectiva diferente da das autoridades públicas, sobre a AIDS, sobre os pacientes, suas lutas e sua mobilização. Devemos prestar uma homenagem especial a elas por confiarem seus arquivos a um serviço público.

Recentemente, em 2017, um Collectif Archives LGBTQI foi criado em Paris por instigação do Act Up Paris, cujo principal objetivo é criar um centro de arquivos LGBTQI⁴. Ele agora reúne 17 associações. Em seu site (COLLECTIF ARCHIVES LGBTQI+, 2023, tradução nossa), a associação escreve:

O manuseio de arquivos de minorias por serviços institucionais os expõe à desapropriação, dispersão e invisibilização. Isso também leva a uma distorção das representações e a um processo de classificação inadequado aos critérios das pessoas em questão. É por isso que o Collectif Archives LGBTQI defende a gestão comunitária de seus arquivos, como outras minorias já estão fazendo: o Shoah Memorial, a Association pour la recherche et l'archivage de la mémoire arménienne (ARAM), a “maioria dos arquivos feministas e centros de arquivos LGBTQI em todo o mundo” e “Isso significa devolver às comunidades um papel central na identificação, gestão e transmissão de seu patrimônio cultural.

Existem centros semelhantes em São Francisco, Berlim, Amsterdã, Bolonha, Londres etc.

Em seu site, a associação incentiva todos a manterem seus arquivos até a abertura do centro.

Depois de vários anos e muitas discussões, em 4 de fevereiro de 2021, a cidade de Paris aprovou por unanimidade uma resolução comprometendo-se a encontrar um local antes do final do ano e a buscar financiamento. Em 25 de janeiro de 2023, o vice-prefeito de Paris encarregado da antidiscriminação anunciou a criação de dois espaços: um centro de recepção no distrito do Marais, que será inaugurado em maio, Dia Internacional contra a Homofobia, e um centro de arquivos no 19^o *arrondissement*.

Qual é a melhor maneira de gerenciar essa situação, sem estender o debate? Sobre a questão do local de preservação, podemos continuar a refletir e considerar que as duas abordagens (depositar os arquivos particulares em um serviço publicado vs. criar um centro de arquivos particulares) não são de fato contraditórias, mas complementares, e ambas apresentam inúmeras vantagens para o arquivamento e a pesquisa, se for tomado o cuidado de garantir que os arquivos sejam tratados adequadamente para permitir um acesso transparente e igualitário. Portanto, em vez de um ‘centro de arquivo comunitário’, seria melhor almejar uma ‘comunidade de arquivo’ que atenda a vários critérios (BASTIAN *apud* GRAILLES, 2022, tradução nossa: coleções com características comuns, arquivos cuidados por uma comunidade estendida aos profissionais e usuários que gravitam em torno deles, política de transmissão, desenvolvimento de narrativas que permitam a manutenção de um senso de identidade).

A proliferação de repositórios, ou melhor, a falta de repositórios centralizados, não será um problema, desde que a localização dos arquivos seja conhecida e que seu processamento tenha sido realizado.

Mas esse último exemplo destaca uma forma de desconfiança em relação às autoridades públicas que há muito tempo são vistas como incompetentes ou até mesmo hostis.

De modo mais amplo, podemos ver que o posicionamento da política levou a um longo período de negligência por parte das políticas de arquivos públicos de certos arquivos pertencentes a populações ‘marginais’ e invisíveis. Essa negligência por parte de alguns foi, sem dúvida, associada a uma forma de incompreensão por parte de outros: por que confiar a um terceiro o que você mesmo produziu? Por que confiar em um arquivista, um funcionário público cujas práticas arquivísticas não são bem conhecidas, que não conhece minha história? E hoje, embora a atenção social e da sociedade às questões comunitárias (inclusive por parte dos arquivistas) tenha se desenvolvido consideravelmente, ela teve o efeito oposto de ampliar essa distância entre o arquivista e o produtor: o senso de propriedade do produtor sobre seus arquivos é ainda mais acentuado quando o arquivista, a sociedade, demonstra mais interesse em coletá-los.

No entanto, às vezes, nossas sociedades são perfeitamente capazes de reagir à angústia humana e manter um registro dela. Graças a uma mobilização coletiva e imediata, o arquivamento, de repente, se torna uma causa comum para todos. Dois tristes exemplos recentes testemunham essa solidariedade repentina, estimulada por certos atores, principalmente pesquisadores ou arquivistas, mas, acima de tudo, pelo efeito da emoção coletiva.

Após os ataques de 13 de novembro de 2015 em Paris e Saint-Denis, pesquisadoras das ciências humanas e sociais, em particular, e arquivistas se mobilizaram. Um exemplo é a coleta da memória da tragédia por meio dos depoimentos audiovisuais de quase 1.000 testemunhas (o programa transdisciplinar 13 de Novembro dos pesquisadores Denis Peschanski, historiador, e Francis Eustache, neuropsicólogo)

(PROGRAMME DE RECHERCHE 13-NOVEMBRE, 2023), com as gravações de vídeo e seu arquivamento sendo fornecidos pelo INA. Esse projeto de doze anos deve contribuir para a pesquisa sobre a relação entre a memória individual e coletiva e, por meio da análise das funções cognitivas, ajudar no tratamento de distúrbios pós-traumáticos. O INA (Instituto Nacional do Audiovisual) também está coletando tweets (#paris, #parisattacks e os mais compassivos #prayforparis, #jesuisparis) e, mais tarde, as homenagens, objetos físicos deixados espontaneamente por pessoas no local dos massacres e depois coletados pelos Arquivos da Cidade de Paris (PARIS, 2017).

Está tudo lá: produção de arquivos individuais e coletivos em todas as mídias, recolha imediata da abundante produção individual vinda de todos os lados, criação de arquivos, lançamento de pesquisas científicas. Produtores-cidadãos, arquivistas e pesquisadores estão todos aqui.

Outro exemplo mais recente, ainda muito noticiado atualmente, é o apelo da comunidade arquivística (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2022) (originalmente, na França, lançado pelos arquivos de Vosges via #memoiredeconfinement) para a coleta de testemunhos individuais e coletivos a fim de documentar, para a história e por meio de coleta digital imediata, os períodos de confinamento: fotos, vídeos, poemas, testemunhos etc. Essas coleções também estão sendo propostas em nível internacional: “Préserver la mémoire d’une épidémie mondiale” (Preservando a memória de uma epidemia global), transmitida pelo blog “L’histoire contemporaine à l’ère numérique” (História contemporânea na era digital) e pela plataforma “Archives de quarantaine” dos arquivistas belgas (2020), e a Internet Archives organizou um arquivo de recursos publicados na Web relacionados à atual epidemia de coronavírus, de todos os países e em todos os idiomas (origens do vírus, informações sobre a disseminação da infecção, esforços de contenção, aspectos científicos, sociais, econômicos e políticos) (KEPLAN, 2020).

O poder dos eventos atuais e a força da emoção levaram a um consenso em tornodo desejo coletivo de acompanhar, ou mesmo produzir um registro, dos tempos e períodos em que vivemos. Os arquivos tornaram-se centrais, assunto de todos, um baluarte contra um inimigo que não hesitamos mais em identificar como tal. É o temor que está em ação, que se mobiliza, a ponto de invadir, se observarmos a profusão, a superabundância e a falta de seleção de todos esses arquivos.

Sem dúvida, podemos supor que, enquanto a história não for vivenciada como coletiva, enquanto não ousarmos ‘nomear’ o outro, que preferimos ignorar, levará muito tempo para que as consciências despertem e, às vezes, nunca despertarão, pois os arquivos dos ‘esquecidos’ da sociedade contemporânea não despertam o mesmo interesse.

UMA PRODUÇÃO DIGITAL COM EFEITOS ANTIMEMORIAIS?

O mundo totalmente digital de hoje não nos permite imaginar a preservação de uma memória universal sem dificuldades e, assim, resolver algumas das questões levantadas acima?

A produção digital tem um grande impacto sobre a coleta, a preservação e o acesso. Mas será que o arquivista, o pesquisador, e o cidadão estão em condições de superar as novas tensões: excesso de informações versus a necessidade de seleção, a demanda por imediatismo versus o tempo necessário para a descrição, o imaterial generalizado versus a necessidade de humanidade.

Em primeiro lugar, diante do fluxo perpétuo e da superabundância de informações, é possível se opor à necessidade de seleção e triagem?

Por vários motivos, há uma forte tentação de responder à infobesidade ‘mantendo tudo’. Em primeiro lugar, há a solução da ‘simplificação técnica’. Na década de 2000, o INA organizou o depósito legal de canais de rádio e televisão de uma forma que não estava mais em conformidade estrita com os regulamentos. Elas estipulam que apenas espécimes e amostras devem ser mantidas, o que significa que os programas devem ser selecionados diariamente após a transmissão. Após alguns anos, o INA estabeleceu um sistema de coleta

na fonte, organizando a gravação de canais 24 horas por dia: todos os dias completos de transmissão, incluindo os programas identificados pelo depósito legal e que serão objeto de segmentação e descrição no momento oportuno, agora estão acessíveis.

Também é ‘intelectualmente fácil’: o arquivamento global significa que não temos que pensar em seleção a montante, não temos que atualizar as antigas ‘tabelas de gerenciamento’ e não temos que especificar quais seriam os ‘arquivos essenciais’. Embora possamos ficar satisfeitos por não precisarmos identificar o que é ‘acessório’ em nossa vida comum, podemos, no entanto, lamentar que aquilo que constitui uma das funções do arquivista, ou seja, sua capacidade de dialogar com produtores e usuários para organizar informações e identificar arquivos com valor agregado, talvez não seja mais uma de suas prioridades.

Além disso, a eliminação de duplicatas faz sentido em termos de memória audiovisual? A mesma criação cinematográfica pode ser preservada em um filme de 35mm, depois como um arquivo digital, em formato de DVD, depois de editado e colocado à venda, e novamente como um arquivo após a transmissão na televisão, repetido milhares de vezes em reprises, SVOD e outras plataformas.

Por fim, há a ‘ilusão’ de que manter tudo custa menos, pois economiza os salários da equipe responsável pela seleção e o tempo necessário para fazê-la. No entanto, essa economia se refletirá em outro lugar: no custo do armazenamento digital e no tempo gasto para encontrar o resultado correto da pesquisa. Pior ainda, essa economia terá um impacto em nosso meio ambiente por meio do consumo de eletricidade e das altas emissões de CO₂.

Uma superabundância de informações que se transforma em ruído, poluição para os pesquisadores de amanhã e poluição para o planeta apresenta um risco de saturação e desinformação devido à falta de qualidade das informações. No entanto, é da qualidade das informações que dependem nossas sociedades e nossas liberdades.

Depois da sobrecarga de informações, o que dizer da urgência onipresente? Podemos combater a demanda por imediatismo com o tempo necessário para a descrição e classificação, ou estamos confiando apenas na inteligência artificial para produzir informações suficientes e relevantes?

Vejamos um exemplo: a extração de entidades nomeadas por automação aplicada a uma notícia de TV sobre uma greve de emergência em um hospital devido à falta de funcionários. As palavras-chave usadas serão aquelas do texto falado pelo jornalista ou aquelas que a máquina pode reconhecer a partir da imagem, ou seja, greve, emergência, hospital, médico, maca etc. Por outro lado, as palavras-chave relacionadas aos conceitos subjacentes de conflito social, crise econômica, poder de compra ou cartão hospitalar podem não ser propostas pela ferramenta de automação. Da mesma forma, a relevância dos resultados obtidos por essas ferramentas depende da qualidade do treinamento fornecido à máquina por seres humanos, treinamento esse que não pode ser necessariamente industrializado. E a inteligência das ferramentas de inteligência artificial será aquela que nós, humanos, estivermos dispostos a dar a elas.

A inteligência artificial corre o risco de gerar muito ‘ruído’. Portanto, devemos continuar a dedicar tempo para estruturar e enriquecer os thesauri, para organizar as atividades de processamento de informações e para considerar esse tempo como estratégico, como a única garantia de controle da qualidade e da rastreabilidade dos dados usados no processamento automatizado.

Finalmente, diante da desmaterialização e da imaterialidade generalizada, podemos nos opor à necessidade de a humanidade trocar, orientar e construir redes?

Mesmo antes da pandemia, os professores que supervisionavam os trabalhos de mestrado reclamavam que os alunos geralmente limitavam suas pesquisas ao que podiam encontrar on-line, deixando de lado as idas a arquivos ou bibliotecas. Por exemplo, para trabalhos sobre rádio e televisão, os alunos confiavam no corpus disponível no ina.fr, ou seja, 60.000 horas de programas, enquanto que na sala de consulta da Inathèque dentro da BNF, bem como nas cinquenta bibliotecas equipadas com estações de consulta para as

coleções do INA instaladas em cidades da França continental e no exterior, eles tinham acesso a 20 milhões de horas. (INSTITUT NATIONAL DE L'AUDIOVISUEL, 2021). Além da facilidade de acesso, talvez fosse também uma questão de eles, não familiarizados com as ferramentas de pesquisa disponíveis, evitarem mergulhar em muitos arquivos.

Na realidade, é preciso admitir que o processo de aproximar fisicamente o acesso às fontes por meio dessas estações de consulta ainda está longe de ser satisfatório. Na ausência de uma rede dinâmica e de projetos tangíveis com universidades vizinhas, na ausência da mobilização de mediadores de biblioteca responsáveis por orientar os alunos em suas pesquisas, trocar ideias, comparar anotações e incentivar o interesse, os cinquentalocais equipados ainda não encontraram seu público.

A expansão das ferramentas tecnológicas, seguida da crise sanitária, teve como efeito a diminuição das relações diretas de trabalho, favorecendo a lógica individual em detrimento do compartilhamento e do coletivo. Os arquivistas não foram poupados, e o uso de portais on-line para se orientar nos arquivos não é suficiente para atender a todas as necessidades do público e dos pesquisadores.

O contato com estudantes e pesquisadores precisa ser retomado para fornecer orientação, completar os auxílios de localização on-line e definir projetos de pesquisa científica.

A crise de saúde e o confinamento levaram a uma aceleração sem precedentes no uso da cultura digital. Eles também confirmaram os riscos de aumentar as desigualdades no acesso dos usuários a recursos de todos os tipos. Além dessas preocupações, existe agora a questão da sustentabilidade da economia digital como um todo, à medida que descobrimos seu impacto considerável sobre a energia e o meio ambiente.

ACESSO AOS ARQUIVOS: NO CENTRO DAS QUESTÕES POLÍTICAS E DE MEMÓRIA

A próxima etapa da cadeia de processamento de arquivos é o acesso.

O acesso aos arquivos está sujeito às condições prévias de mobilização de recursos humanos (capacidade de processamento), recursos técnicos (digitalização e ferramentas de TI), recursos financeiros (custos) e recursos jurídicos (prazos de comunicação, propriedade literária e artística, direitos autorais). Mas esse acesso também está sujeito a diretrizes políticas que visam, em particular, a proteger os cidadãos e os interesses dos Estados.

Então, o direito de ser esquecido é compatível com o arquivamento de dados?

Na primavera de 2013, para evitar que grandes operadoras privadas da Web (Google, Facebook etc.) armazenassem e usassem dados pessoais, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu estavam se preparando para adotar um projeto de “regulamento europeu sobre dados pessoais”, que propunha a exclusão ou anonimização desses dados para evitar que fossem usados para uma finalidade (inclusive pesquisa histórica) diferente daquela para a qual foram coletados.

Esse projeto fez parte da luta contra a criação de perfis de indivíduos e do controlado uso de dados pessoais, exigindo o fortalecimento de vários princípios no processamento e armazenamento dos dados pessoais coletados: equidade (dados processados de forma lícita, justa e transparente), limitação da finalidade (dados coletados para uma finalidade específica e legítima), minimização de dados (coleta de dados estritamente limitada ao necessário em relação à finalidade do processamento), exatidão (dados precisos e atualizados), limitação do armazenamento (dados armazenados pelo tempo estritamente necessário para a finalidade do processamento), integridade e confidencialidade (medidas que garantam a segurança dos dados), responsabilidade do controlador de dados (possibilidade de o controlador demonstrar o cumprimento das obrigações que lhe cabem).

Para preservar os vestígios, cabe a cada indivíduo cuidar de seus próprios dados, e tudo o que for arquivado em outro lugar deve ser anônimo: nenhum vestígio ou evidência denomes em arquivos de registro

de imóveis, fiscais, jurídicos, notariais ou de saúde etc. Não há risco de ver os casos da NSA ou de Snowden florescerem. Também não há trabalho histórico.

Diante desse risco democrático iminente, a comunidade de arquivistas europeus lançou uma petição que recebeu mais de 50.000 assinaturas para apresentar outros argumentos (ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS, 2013):

Os meios tecnológicos atuais permitem garantir a conservação e o acesso às informações, de maneira bem mais confiável que no passado.

A Declaração Universal dos Arquivistas de 2010: “Fontes confiáveis de informação para uma governança responsiva e transparente, os arquivistas desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades, contribuindo para a conservação e a proteção da memória individual e coletiva” (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION ; CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 2011).

A coleta e o armazenamento de dados pessoais para fins patrióticos ou legais, além dos requisitos rigorosos que levaram à sua criação, garantem que os cidadãos tenham acesso às informações e, ao mesmo tempo, protejam os elementos essenciais de suas vidas privadas.

A Europa não deve proibir a conservação de dados, mas, ao contrário, garantir sua proteção e disseminação controladas.

Em outubro de 2013, os 28 chefes de estado finalmente decidiram adiar a adoção desse projeto e, finalmente, o Regulamento Europeu 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a proteção de indivíduos com relação ao processamento de dados pessoais sobre a livre circulação desses dados foi publicado em 27 de abril de 2016 (UNION EUROPÉENNE, 2016). Ao mesmo tempo em que impõe obrigações e princípios aos gerentes de dados para garantir o direito de ser esquecido, ele marca um claro retrocesso, em comparação com a minuta de 2013, no que diz respeito às finalidades históricas.

Ao introduzir o conceito de “processamento para fins de arquivamento no interesse público”, ela especifica um certo número de derrogações às obrigações às quais os responsáveis pelo processamento estão, em princípio, sujeitos (recriação, exclusão, consentimento da parte interessada em particular), a fim de garantir a conservação de fontes inalteradas:

O regulamento não se aplica ao processamento de arquivos referentes a pessoas falecidas.

O processamento adicional para fins de arquivamento no interesse público é “compatível com a finalidade original do processamento”; nesse processamento, os dados podem, portanto, ser mantidos por mais tempo do que a finalidade original.

Os “dados confidenciais” podem ser mantidos para fins de arquivamento no interesse público.

Uma derrogação do direito de ser esquecido é reconhecida para o processamento para fins de arquivamento no interesse público.

Um artigo específico é dedicado às garantias e derrogações aplicáveis ao processamento para fins de arquivamento no interesse público, para fins de pesquisa científica ou histórica ou para fins estatísticos.

Por fim, deve-se observar que, pela primeira vez em um texto europeu, é dada uma definição de serviço de arquivo:

Autoridades públicas ou órgãos públicos ou privados que preservam arquivos no interesse público devem ser serviços que, de acordo com a legislação da União ou de um Estado-Membro, têm a obrigação legal de coletar, preservar, avaliar, organizar, descrever, comunicar, aprimorar, divulgar e fornecer acesso a arquivos que devem ser preservados permanentemente no interesse público geral (UNION EUROPÉENNE, 2016).

Um episódio que demonstra as muitas tensões e interesses divergentes: entre a proteção da privacidade e os interesses comerciais, entre o interesse público geral e os interesses de empresas privadas, entre a

ciência histórica e o direito de ser esquecido. Portanto, teremos que permanecer vigilantes, pois nada está definitivamente estabelecido e não faltarão oportunidades para retroceder.

Ao mesmo tempo, na França, vivenciamos vários outros episódios em que as questões de memória assumiram um novo papel, especialmente dentro do Estado, às vezes ponto de criar um conflito entre memória e história.

Sobre o tema da Guerra da Argélia, voltemos à declaração feita pelo Presidente da República em setembro de 2018, na qual ele reconheceu o assassinato de um ativista comunista argelino, Maurice Audin, pelo exército francês em 1957 (61 anos após os eventos, 61 anos da luta liderada por Josette Audin, viúva de Maurice Audin, para descobrir a verdade) e decidiu abrir os arquivos franceses relacionados à Guerra da Argélia (alguns dos quais ainda estão inacessíveis sob a cobertura do sigilo de defesa) (MACRON, 2018; THENAULT, 2019).

Em outro exemplo mais recente, durante uma visita à Polinésia Francesa em julho de 2021, o presidente reconheceu uma “dívida” com o arquipélago e declarou, em relação aos testes nucleares realizados por 30 anos até 1996: “Assumo a responsabilidade e quero a verdade e a transparência com vocês” (FAYE, 2021).

Duas declarações que anunciavam a abertura dos arquivos e a possibilidade de fazer história. A realidade acabou sendo bem diferente.

Mas como a história pode ser escrita? Um decreto assinado em 22 de dezembro de 2021 reduziu em quinze anos o prazo para consultar documentos judiciais relacionados à Guerra da Argélia (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2021b), mas o repositório onde esses arquivos são mantidos está atualmente inacessível devido ao amianto. Do lado argelino, o acesso aos arquivos continua extremamente complexo.

Além disso, o acesso aos arquivos públicos foi bloqueado por um novo procedimento implementado pela Secretaria Geral de Defesa e Segurança Nacional, que reformou essa disposição legal por meio de canais administrativos. A administração, portanto, colocando-se acima da lei, proíbe qualquer comunicação de arquivos públicos “classificados” até que eles tenham sido formalmente desclassificados pelo serviço que os classificou, e esse foi o caso, mesmo que esses documentos tenham se tornado “comunicáveis por força de lei” após a expiração dos prazos estabelecidos no Code du patrimoine (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2020).

Finalmente, após uma forte campanha da Associação Josette e Maurice Audin, de arquivistas e historiadores², a lei de 30 de julho de 2021 sobre a “Prevenção de atos de terrorismo e inteligência” (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2021a) reverteu esse procedimento de desclassificação. No entanto, ela amplia a possibilidade dada à administração de tornar inacessíveis, sem limite de tempo, muitos documentos relacionados à inteligência, serviços de segurança, armamentos e energia nuclear.

E, embora a história dos 193 testes nucleares realizados entre 1966 e 1996 no Pacífico e seus efeitos sobre a população e o meio ambiente seja agora possível, já que 90% dos arquivos acabaram de ser abertos (exceto aqueles com menos de 50 anos), como será possível prosseguir com a história dos efeitos das armas químicas e dos testes nucleares realizados na Argélia entre 1960 e 1966, cujos arquivos ainda estão fechados (LAFAYE; MANSAT, 2022)?

2 Association des historiens contemporanéistes de l'enseignement Supérieur et de la recherche: criada em 1969, a AHCESR é uma associação profissional que reúne professores-pesquisadores e pesquisadores de história contemporânea que trabalham em instituições francesas de pesquisa e ensino superior. Ela defende seus interesses coletivos e oferece um fórum para reflexão e discussão sobre mudanças na profissão de historiador e no treinamento de estudantes. Como uma sociedade acadêmica, a AHCESR lidera a discussão científica sobre a evolução das formas de escrever a história contemporânea (de 1789 até os dias atuais). Association des archivistes français: a AAF tem cerca de 2.500 membros, profissionais de arquivistas dos setores público e privado. É um órgão permanente de reflexão, treinamento e iniciativas a serviço dos surdos de nossa história, os de ontem e os de amanhã. Associação Josette e Maurice Audin: O objetivo da Associação Josette e Maurice Audin (AJMA) é agir para esclarecer as circunstâncias da morte de Maurice Audin, que foi assassinado pelo exército francês como parte de um sistema de tortura e desaparecimento forçado; trabalhar pela abertura de arquivos relacionados à guerra da Argélia e pela verdade sobre os desastres da guerra da Argélia nas mãos das forças francesas da lei e da ordem; manter viva a memória de Josette e Maurice Audin e suas lutas.

Os historiadores não podem trabalhar com base em um ‘dever de memória’ que consiste em declarações de reconhecimento de dívida, por mais que elas sejam esperadas e apreciadas. Eles precisam consultar os arquivos além da retórica, contextualizar além do isolamento de certos fatos, fazer uma análise rigorosa além da emoção.

CONCLUSÃO

Cada estágio do que é conhecido como ‘cadeia de processamento de arquivos’ precisa ser o foco de nossa atenção, não apenas para garantir que os arquivos que coletamos sejam um verdadeiro reflexo de nossas sociedades, mas também para garantir que amanhã possamos encontrar os arquivos que separamos, classificamos, descrevemos preservamos.

O acesso aos arquivos, ou melhor, a dificuldade de obter acesso aos arquivos, é uma questão que frequentemente aparece nos noticiários, refletindo o papel que os arquivos desempenham na vida democrática. O eco da mídia vai muito além dos círculos científicos, refletindo tanto a demanda por transparência na sociedade contemporânea quanto à importância atribuída na Europa do século XXI ao uso político do passado.

Recentemente, na Europa, tem havido um grande interesse no passado colonial e nas demandas por restituição ou indenização. A necessidade de realizar pesquisas sobre a procedência e as condições de aquisição é maior do que nunca, e essas investigações devem ser realizadas com total liberdade, nos arquivos. Nesse assunto, como em tantos outros já abertos ou que estão por vir, mais do que nunca, precisaremos de tempo, retrospectiva, trabalho coletivo e colaborativo e cabeça fria, todos juntos e além das fronteiras (SARR; SAVOY, 2019; SAVOY, 2023).

REFERENCIAS

ARCHIVES DE QUARANTAINE ARCHIEF. **À propos**. Houdeng-Aimeries: Association des Archivistes Francophones de Belgique, 2020. Disponível em: <https://archiveslgbtqi.fr/>. Acesso em: 3 maio 2023.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. PLUS de 50 000 signataires : transformons l’essai ! après le report de l’adoption du règlement EUROPEEN, exigeons une véritable concertation ! **Association des Archivistes Français**, Paris, 29 octobre 2013. Disponível em: <https://www.archivistes.org/Point-d-actualite-no7-sur-la>. Acesso em: 3 maio 2023.

COLLECTIF ARCHIVES LGBTQI+. **Notre philosophie de l’archive**. Paris: Collectif Archives LGBTQI+, 2023. Disponível em: <https://archiveslgbtqi.fr/>. Acesso em: 3 maio 2023.

FAYE, OLIVIER. Essais nucléaires en Polynésie : Emmanuel Macron reconnaît une « dette », mais ne présente pas d’excuses au nom de la France. **Le Monde**, Paris, publicado em 28 jul. 2021, atualizado em 28 jul. 2021. Politique. Disponível em: https://www.lemonde.fr/politique/article/2021/07/28/essais-nucleaires-en-polynesie-macron-reconnait-une-dette-mais-ne-presente-pas-d-excuses-au-nom-de-la-france_6089777_823448.html. Acesso em: 3 maio 2023.

FONDS ACT UP-PARIS. **Répertoire numérique détaillé du versement 20140474**. Pierrefitte-sur-Seine: Archives Nationales (France), 2015. Disponível em: https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/rechercheconsultation/consultation/ir/consultationIR.action?ird=FRAN_IR_050813. Acesso em: 3 maio 2023.

GRAILLES. Bénédicte. Comment définir les archives de communauté en France? *In*: PEQUIGNOT, Stéphane; POTIN, Yann. **Les conflits d’archives**: France, Espagne, Méditerranée. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022. p. 137-157. Disponível em: <https://books.openedition.org/pur/162446?lang=fr>. Acesso em: 3 maio 2023.

INSTITUT NATIONAL DE L’AUDIOVISUEL. **L’INA en regions**. Bry-sur-Marne: Institut national de l’audiovisuel, 2021.

KEPLAN, Jeff. **Coronavirus and covid-19 collection**. [S. l.]: Internet Archive, 2020. Disponível em: <https://archive.org/details/covid-19>. Acesso em: 3 maio 2023.

LAFAYE, Christophe; MANSAT Pierre. Lever les tabous sur l'utilisation de l'arme chimique pendant la guerre d'Algérie. **Histoire coloniale et postcoloniale**, France, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://histoirecoloniale.net/Des-revelations-sur-l-usage-des-gaz-toxiques-par-l-armee-francaise-dans-la.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

MACRON, Emmanuel. Déclaration du Président de la République sur la mort de Maurice Audin. **Élysée**, Paris, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2018/09/13/declaration-du-president-de-la-republique-sur-la-mort-de-maurice-audin>. Acesso em: 3 maio 2023.

PARIS (France). Archives de Paris. **Hommages aux victimes des attentats de 2015**. Paris: Archives de Paris, 2017. Disponível em: <https://archives.paris.fr/r/137/hommages-aux-victimes-des-attentats-de-2015/>. Acesso em: 3 maio 2023.

PROGRAMME DE RECHERCHE 13-NOVEMBRE. **Accueil**. Aubervilliers: CNRS, c2023. Disponível em: <https://www.memoire13novembre.fr/>. Acesso em: 3 maio 2023.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Arrêté du 13 novembre 2020 portant approbation de l'instruction générale interministérielle n°1300 sur la protection du secret de la défense nationale. **Journal officiel de la République française**, n. 277, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000042520705>. Acesso em: 3 maio 2023.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. LOI n°2021-998 du 30 juillet 2021 relative à la prévention d'actes de terrorisme et au renseignement. **Journal officiel de la République française**, Paris, n. 176, 31 jul. 2021a. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000043876100>. Acesso em: 3 maio 2023.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. France Archives. **Mémoires de confinement**. Paris: Archives de France, 20 out. 2022. Disponível em: <https://francearchives.gouv.fr/fr/actualite/224765841>. Acesso em: 3 maio 2023.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Ministère de la Culture. Arrêté du 22 décembre 2021 portant ouverture d'archives relatives à la guerre d'Algérie. **Journal officiel de la République française**, Paris, n. 298, 23 dez. 2021b. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000044546979>. Acesso em: 3 maio 2023.

SARR, Felwine ; SAVOY, Bénédicte. **Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain** : vers une nouvelle éthique relationnelle. Paris: Ministère de la Culture, 2018. <https://www.vie-publique.fr/rapport/38563-la-restitution-du-patrimoine-culturel-africain>. Acesso em: 3 maio 2023.

SAVOY, Bénédicte. **Le long combat de l'Afrique pour son art** : histoire d'une défaite postcoloniale. Paris: Seuil, 2023.

SORREL, Par Audrey. **Association AIDES** : archives de AIDES-Association (1985-1989) et AIDES-Fédération (1988-1998). Pierrefitte-sur-Seine: Archives Nationales (France), 2003. (Répertoire 20030474/1-20030474/64). Disponível em: https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/rechercheconsultation/consultation/ir/consultationIR.action?irId=FRAN_IR_026457. Acesso em: 3 maio 2023.

THENAULT, Sylvie; BESSE, Magalie (dir). **Réparer l'injustice** : l'Affaire Audin. Paris: Institut francophone pour la justice et la démocratie: LGDJ, 2019.

UNION EUROPÉENNE. Règlement 2016/679 du Parlement européen et du Conseil, du 27 avril 2016, relatif à la protection des personnes physiques à l'égard du traitement des données à caractère personnel et à la libre circulation de ces données, et abrogeant la directive 95/46/CE. **Journal Officiel de l'Union Européenne**, Bruxelles, n. L119, pp. 1-88, 4 mai 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679>. Acesso em: 3 maio 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION ; CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. **La Déclaration Universelle sur les Archives – DUA**. Paris: Conseil International des Archives : UNESCO, 2011. Disponível em: <https://www.ica.org/fr/nos-initiatives-majeures/la-declaration-universelle-des-archives-uda>. Acesso em: 3 maio 2023.